

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.698 - AM (2019/0257192-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864
AGRAVADO : MARINEIDE GAMA DA SILVA
ADVOGADOS : MARCOS ANTONIO VITOR DA SILVA - AM007841
IOLDY VÂNIO LIMA DA FONSECA - AM008069

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA em face da decisão acostada às fls. 392-395 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 270-281 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. NÃO CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTE DE PESSOAS. QUEDA DE PASSAGEIRO QUANDO DO DESEMBARQUE DO COLETIVO. PERDA PARCIAL DA MOBILIDADE DO PÉ DIREITO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL EXCESSIVO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS MANTIDOS, NA ORDEM DE 10%. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, EM TOTAL CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

1. Nos termos do art. 950 do CCB, a pensão vitalícia, ainda que proporcional, é devida à vítima de acidente de trânsito que tenha ficado com lesão que a incapacite permanentemente para o trabalho, mesmo que de forma parcial.
2. A indenização por danos morais deve ser arbitrada em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e para evitar o enriquecimento indevido, nas circunstâncias do caso concreto.
3. Recurso conhecido e parcialmente provido, em consonância com o parecer ministerial.

Opostos embargos declaratórios (fls. 289-302 e-STJ), restaram acolhidos sem efeitos modificativos (fls. 313-319 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 325-352 e-STJ), alegou a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigos 355, 369 e 370 do CPC/15, bem como 950 do Código Civil, aduzindo a nulidade da sentença e acórdão por ausência imotivada de oitiva das testemunhas arroladas,

bem como por não ter sido realizada perícia médica; **(ii)** artigos 186, 188 e 927 do Código Civil, sustentando a presença de culpa exclusiva da vítima; **(iii)** artigos 320, 373, 434 e 509 do CPC/15, alegando não haver comprovação dos danos materiais; **(iv)** artigo 649 do Código Civil, porquanto a pensão deve ser limitada somente até o fim da convalescença; **(v)** artigo 396 do Código Civil, aduzindo que os juros e correção monetária sobre a pensão mensal devem incidir somente a partir do vencimento de cada parcela; **(vi)** artigo 944, parágrafo único, do Código Civil, sustentando que o valor da indenização por danos morais foi arbitrado de forma excessiva; **(vii)** artigo 405 do Código Civil, pugnando pela incidência de juros somente a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual; e, **(viii)** artigo 3º, inc. III, da Lei n. 6.194/74, buscando a dedução do seguro obrigatório.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 398-412 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. De início, observa-se que não houve pronunciamento por parte da Corte local acerca da tese de culpa exclusiva da vítima. Nesse ponto, o reclamo encontra óbice na Súmula 211/STJ. Ademais, não foi alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Em relação ao pedido produção de prova testemunhal e pericial, em análise aos autos, o órgão julgador concluiu que não seriam necessárias.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, vejam-se os precedentes desta Corte: **AgInt no REsp 1760025/MG**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019; **REsp 1732315/DF**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018; **AgInt no AREsp 1230271/MT**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 19/06/2018; **AgInt no AREsp 1229075/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018.

3. Igualmente, em relação à comprovação dos danos materiais, bem como ao pedido de que pensão seja limitada somente até o fim da convalescença, o recurso encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Isso porque, a Corte de origem concluiu ter sido demonstrada a responsabilidade da agravante, bem como a incapacidade permanente.

A revisão de tais conclusões demandaria aprofundado reexame de fatos e provas.

4. No que se refere ao termo inicial dos juros e correção monetária sobre a **pensão mensal**, assiste razão à insurgente.

Consta o seguinte do acórdão que apreciou os aclaratórios opostos na origem (fl. 316 e-STJ):

No que respeita ao pensionamento, é devido o pensionamento a partir da data da ocorrência do acidente, ou seja, a partir de seja ela, a partir de 17.10.2012, no valor o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário vigente na data do vencimento de cada parcela.

A data do evento danoso será o termo inicial para o cálculo dos juros de mora e da correção monetária, nos termos dos Enunciados 542 e 433, todos da Súmula do STJ.

Todavia, a incidência de correção desde o evento danoso, somada a atualização do salário mínimo, geraria dupla correção do valor.

Igualmente, os juros são devidos somente a partir do vencimento de cada prestação mensal, em caso de atraso.

Assim, o apelo deve ser provido, nesse ponto, para determinar que, sobre a pensão mensal (arbitrada, na origem, em meio salário mínimo vigente na data do vencimento de cada parcela), incidirá correção e juros somente em caso de atraso no pagamento, a partir da data de vencimento de cada parcela.

5. No que tange ao valor da indenização por danos morais (R\$ 20.000,00), o recurso também encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Isso porque, a jurisprudência desta Corte é uníssona em afirmar que revisão do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias somente pode ser revisto quando verificada a fixação de valor irrisório ou excessivo - o que não se evidencia no caso.

6. Em relação ao artigo 405 do Código Civil, pugna-se pela incidência de juros sobre a indenização somente a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual. Assiste razão à insurgente.

"Conforme entendimento consolidado nesta Corte Superior, nos casos de danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da data de citação." (AgInt no AREsp 1381510/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 09/04/2019).

Logo, também nesse ponto, o apelo deve ser provido, para determinar a incidência de juros sobre a indenização somente a partir da citação.

7. Por fim, no que se refere ao pleito de dedução do seguro obrigatório, também assiste razão à recorrente, pois segundo o entendimento consolidado pela Segunda Seção, *"a interpretação a ser dada à Súmula 246/STJ é no sentido de que a dedução do valor do seguro obrigatório da indenização judicialmente fixada dispensa a comprovação de seu recebimento ou mesmo de seu requerimento"* (EResp 1.191.598/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe de 03/05/2017).

Assim, deve ser provido o apelo nobre para autorizar a dedução do seguro obrigatório, independentemente de comprovação do recebimento pela vítima, a ser apurado em liquidação de sentença.

8. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **conhece-se do agravo** e, de plano, **dá-se parcial provimento ao recurso especial**, reformando o acórdão recorrido, a fim de: **(a)** autorizar a dedução do seguro obrigatório, a ser apurado em liquidação de sentença; **(b)** determinar a incidência de juros sobre o valor da indenização somente a partir da citação; e **(c)** determinar que, sobre a pensão mensal,

Superior Tribunal de Justiça

arbitrada em percentual do salário mínimo vigente a cada pagamento, incidirá correção monetária e juros somente a partir de cada vencimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator